

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Velhice, do que se está falando?.

Gabriela Felten da Maia y ^a. Fátima C. V. Perurena.

Cita:

Gabriela Felten da Maia y ^a. Fátima C. V. Perurena (2009). *Velhice, do que se está falando?.* XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/2173>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Velhice, do que se está falando?¹

Gabriela Felten da Maia

Universidade Federal de Santa Maria
gabryelamaia@gmail.com

Dr^a. Fátima C. V. Perurena

Universidade Federal de Santa Maria
perurena@terra.com.br

Para abrir o debate

Um velho², P.³, ao ser interpelado a respeito da velhice, apresentou-me duas categorias – *Novo-velho*, *velho-novo* – que ouvira de um locutor de rádio, quando este explicava em seu programa de rádio as diferentes formas de encarar o envelhecimento na atualidade. Ao introduzir estas categorias, P. salientou algo muito importante: que em sua época de juventude e adultez temas como doenças na velhice e receitas de cuidados com a saúde, para se chegar a uma velhice bem-sucedida, não faziam parte das discussões de sua época. Pode-se pensar em duas proposições para essa questão:

1) A juventude de P., que hoje tem 81 anos, foi na década de 50, período que, como atestam alguns estudos demográficos, o perfil epidemiológico começava a dar sinais de mudança. Neste

¹ Trata-se de um recorte da discussão realizada em uma pesquisa para a dissertação de mestrado, realizado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria/BRASIL/RS, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Fátima Perurena.

² Comumente a palavra 'velho' conota um juízo de algo ultrapassado, obsoleto e depreciado. Numa tentativa de desfazer essas associações negativas novos termos e imagens são propostos, como 'jovens idosos', mais dinâmicos. Por isso, é comum o emprego de eufemismos politicamente corretos para designá-los: pessoa de terceira idade, adulto maduro, melhor idade, etc., que, em geral, procuram obscurecer a carga negativa que a palavra 'velho' carrega. Considera-se que para os propósitos deste artigo não há motivo para trocar a palavra 'velho' por outros termos. Conforme a proposta deste trabalho a opção por manter o uso do termo velho acompanha a discussão própria do campo de estudos sobre a velhice e o envelhecimento. Sobre essas reflexões ver Clarice Peixoto (2000) e Guita Grin Debert (2004).

³ Por questões relacionadas à ética de pesquisa os nomes do participante aqui citado será preservado no anonimato, sendo seus comentários referenciados através da letra inicial do nome. Vale destacar que a inclusão desses comentários visa apenas introduzir o debate proposto neste artigo.

período, conforme os dados do IBGE (2007), o Brasil caracterizava-se por uma configuração etária com traços de uma população predominantemente jovem. Contudo, a partir da década de 40, há sinais de mudanças na configuração etária do país, em razão de diversos fatores, culminando no aumento da longevidade e no envelhecimento populacional. Este fato apesar de não poder ser considerado a justificativa para a menor visibilidade do envelhecimento, neste período, explica, em parte, a pouca atenção, já destacada por P., em relação às doenças hoje associadas ao envelhecimento.

2) Dado que há um aumento populacional de velhos no Brasil, os problemas que os acompanham têm suscitado a elevada atenção de formuladores de políticas sociais para as demandas específicas deste contingente. Tal fato, em boa medida, têm justificado a produção de conjuntos de ações e discursos que objetivam promover um envelhecimento saudável e, conseqüentemente, a exigência de uma mudança de sensibilidade com relação à velhice, como se pode acompanhar em algumas discussões⁴.

Estas questões justificaram, em boa medida, a atenção voltada à população idosa, a crescente quantidade de produções que buscam discutir a questão do envelhecimento no Brasil, bem como o reflorescimento da geriatria, haja vista que o aumento populacional alterou o perfil do debate em torno das políticas sociais e a velhice ganhou o *status* de problema social. A recente ‘descoberta’ da velhice como uma entidade demográfica modificou o quadro dos estudos sobre o envelhecimento no Brasil, na medida em que os novos discursos juntaram-se ao da geriatria, constituindo a velhice em um objeto de intervenção.

PRODUÇÃO DE “SABERES E VERDADES” SOBRE A VELHICE

A partir de estudos antropológicos é possível compreender que há distintas formas de envelhecer em diferentes culturas. Para estes estudos a visão de que o envelhecimento é uma condição biológica ao qual o indivíduo submete-se passivamente não pode mais ser considerado, visto que é um fenômeno tanto biológico quanto social/cultural e ao qual reagem com base em seus pertencimentos. O envelhecimento, assim, é vivido e percebido diferentemente em cada sociedade, grupo e geração, conforme suas particularidades culturais, sociais e econômicas,

⁴ Ver sobre I Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, ocorrida em 1982, e II Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, ocorrida 2002, em que são apresentados, em ambas, um Plano Internacional de Ação para o Envelhecimento. Além disso, ver também: (1) Renato Veras (2001); (2) Ana Amélia Camarano (2004); (3) Laura Lúcia Rodríguez Wong & José Alberto Magno de Carvalho (2006); (4) Maria das Graças Melo Fernandes & Sérgio Ribeiro dos Santos (2007).

particularidades estas que permitem aos indivíduos de um grupo interpretar a própria experiência e guiar suas ações (ARCAND, 1982; UCHÔA, FIRME & LIMA-COSTA, 2002).

Estes estudos demonstram que a cultura está presente na constituição da percepção sobre o envelhecimento, o que permite considerar que a velhice em si mesma não tem significado algum. Pelo contrário, sua realidade biológica em si nada diz sobre ela, adquirindo sentido apenas na medida em que outros atribuem significado ao processo. Velhice, nesse sentido, não constitui uma propriedade substancial que o indivíduo adquire ao longo da vida, mas trata-se da construção de diferentes práticas e representações historicamente produzidas que faz ver e falar certos modos de sentir, pensar e agir (ARCAND, 1982; MINAYO & COIMBRA JR., 2002; BARROS & CASTRO, 2002).

Considerando esta perspectiva, é possível esboçar a problemática deste trabalho: quando se fala de velhice, do que se está falando? Que imagens surgem ao fazer operar certos modos de ver o envelhecimento? A quem interessa tais imagens? E o que elas implicam? Estas perguntas surgem em meio a um debate que gera opiniões controversas dentro da gerontologia, visto a existência de visões conflitantes sobre o envelhecimento que coexistem entre as leituras sobre esse processo.

Estas discussões vão desde uma visão do declínio da vida pública e da tirania da intimidade, como sugere Sennett (1988), que produz uma espécie de estetização da vida, em que envelhecer passa a ser visto como uma questão de escolha individual, passível de manipulação pelo próprio sujeito, até aquilo que Giddens (1991) chamou de caráter reflexivo da modernidade, em que, à luz da constante entrada de conhecimentos, ao serem examinadas, afeta as ações dos indivíduos ou grupos. Tais discussões podem apresentar a experiência de envelhecer como boa ou ruim, ativa ou inativa, de modo que ora estas experiências são vistas negativamente, ora positivamente, conforme os aspectos a que se dá ênfase. Como apresentam Minayo & Coimbra Jr. (2002), esses aspectos vão desde a noção de um problema social, até a mudança que esse grupo crescente em número provoca ao re-significar o seu lugar tradicionalmente percebido como de “peso social” e inatividade.

São modos de ver que se constituem num processo dinâmico de interlocução entre os discursos biológico, médico, psicológico, econômico e político, produzidos por diferentes agentes sobre o envelhecimento e que formam uma categoria capaz de reconhecer determinados sujeitos como pertencentes a um grupo delimitado, que é ele mesmo pré-construído.

Portanto, a construção do objeto, de que fala Bourdieu (1998), adquire importância para este trabalho ao argumentar que a sociedade elabora um conjunto de problemas relativos a uma determinada população, transformando-os em problemas socialmente relevantes, o que justifica, equivocadamente para alguns pesquisadores, a construção destes como objetos científicos. Contudo, a importância social, política ou econômica não pode ser considerada suficiente para orientar as escolhas de objeto de estudo. Por isso, é necessário que se faça a história social da emergência e constituição de determinados temas como objeto de preocupações sociais e do trabalho coletivo necessário que faz reconhecer seus problemas como legítimos de análise.

Nesse sentido, não se pode desconsiderar que o discurso gerontológico, no processo de construção de seu objeto, age de forma a legitimar seu campo de saber, atuando no sentido de transformar o envelhecimento em um “problema social” digno de ser discutido, na medida em que se pauta em alguns discursos recorrentes: 1) dados demográficos que indicam o crescimento significativo de velhos no total da população; 2) que associados às demandas específicas dos idosos conduz à reavaliação sobre os gastos públicos e à intensificação de discussões em torno da influência negativa que o aumento da população de velhos acarretará ao sistema previdenciário e ao setor de saúde pública.

Essa recorrente referência à mudança demográfica que está ocorrendo na sociedade brasileira⁵, e suas possíveis conseqüências, tem justificado a crescente produção de conhecimento sobre a velhice, principalmente em relação à problemática epidemiológica e ao desenvolvimento de políticas públicas para atender as demandas de um contingente cada vez mais significativo numericamente. Embora tais estudos destaquem uma questão importante que poderá afetar a sociedade na tocante à assistência a esta população, Debert (2004) propõe que se problematize a atuação destes discursos no processo de “reinvenção da velhice”, em que há a emergência de um novo velho, expressão de certos modos de existir e alvo de investigação científica.

Logo, esta mudança que marca o envelhecimento na atualidade incita que se teçam algumas considerações sobre a constituição de um conjunto de discursos e práticas que tornou possível reconhecer determinados sujeitos como pertencentes a uma determinada categoria, qual seja, velhice ou terceira idade, categorias presentes nas discussões atuais sobre o tema.

⁵ Em 1940, a distribuição percentual de jovens entre 0 e 14 anos correspondia a 42,9%, contra 4,1% com mais de 60 anos. No censo demográfico de 2000 a contribuição da população entre 0 e 14 anos diminuiu para 29,6%, enquanto o grupo com mais de 60 anos aumentou para 8,6%. Este processo demonstra a progressiva redução da participação relativa de crianças e jovens e conseqüente aumento de estruturas etárias envelhecidas no total da população do país, conforme dados do IBGE (2007). Estima-se que em 2020 o contingente de pessoas com mais de 60 anos poderá ultrapassar 30 milhões, passando a representar 13% da população.

AFINAL, QUANDO SE FALA DE VELHICE DO QUE SE ESTÁ FALANDO?

Quando uma pessoa torna-se velha? Que critérios definem essa categorização? Uma pessoa é tão velha quanto o seu corpo determina? São perguntas que de modo geral permeiam algumas discussões dentro do campo gerontológico com relação à constituição de seu objeto – a velhice. Para Groisman (2002) estas são questões difíceis de responder dada a inexistência de uma conceituação clara do que venha a ser envelhecer para a gerontologia. Esta espécie de ‘frouxidão conceitual’ (SÁ, 1999) provoca questionamentos quanto à existência de uma metodologia e uma teoria própria para o campo gerontológico que possa delimitar claramente critérios que definam o que é envelhecimento.

Na busca de uma delimitação clara esta disciplina direcionou-se para corpo e seus processos bio-fisiológicos como forma de encontrar os critérios válidos que pudessem demarcar o que é afinal a velhice e quando se inicia o envelhecimento. Do ponto de vista biológico o envelhecimento é descrito em relação à degeneração do organismo, com o passar do tempo. Haveria, neste modo de entender, a premissa de que o tempo é uma variável importante para a análise deste processo. Contudo, como aponta Groisman (2002), o maior problema está na validade do uso de tal variável para medir quando este se inicia ou o exato grau de degeneração do corpo. A idade cronológica, nesse sentido, não pode ser considerada critério definidor do envelhecimento, justamente, em função da sua relação com o ambiente.

A questão basilar no estudo do envelhecimento, para Jeckel-Neto (2001), é saber o que acontece com as variáveis biológicas à medida que o tempo passa. Se estas não são atemporais significa que as modificações que ocorrem no ambiente que os indivíduos estão expostos, ao longo do tempo, interagem com os fatores biológicos, promovendo alterações no processo de envelhecimento. Conclui-se, então, que nem a idade e nem o envelhecimento são objetivamente observáveis, na realidade são estimativas baseadas no conjunto de conseqüências causadas no organismo, com o passar do tempo.

Como salienta o autor acima citado, o envelhecimento deve ser pensado como multifatorial, envolvendo diferentes níveis do organismo, desde o molecular ao fisiológico e morfológico, além de componentes sociais, culturais e psicológicos. A complexidade desse processo mina os esforços de consolidar critérios válidos e fidedignos para se medir exatamente o grau de envelhecimento de uma pessoa. Tal complexidade se explica, de acordo com Groisman (2002), porque o organismo de um indivíduo envelhece de modo não homogêneo entre os seus tecidos, ossos, órgãos, nervos e

células, podendo um grupo de pessoas da mesma idade cronológica estar em estágios distintos de envelhecimento, o que, entre outras coisas, justifica a heterogeneidade de formas de se vivenciar este processo.

Mas, de modo geral, as dificuldades encontradas na gerontologia derivam de uma contradição no que concerne ao entendimento de velhice: seria esta um estado normal ou patológico? Como estabelecer normas que determinem o que seria saudável na velhice? E, por fim, a partir de que critérios podem-se determinar o que venha a ser envelhecimento normal ou patológico e o envelhecimento bem sucedido?

A dificuldade em criar normas orgânicas para determinar o que seja envelhecimento impulsiona o surgimento de um aparato artificialmente normalizador, em que fatores sociais e culturais, combinados com características fisiológicas e morfológicas, influenciam na atribuição de significado à velhice. Nesse sentido, podemos considerar uma pessoa tão velha quanto o seu cérebro, ou o quanto determina seu programa genético, o seu estado de espírito, ou sua situação civil? O que parece haver é um direcionamento da gerontologia para a identificação de características corporais específicas que diferenciem o corpo envelhecido como um processo de natureza fisiológica e celular singular das demais faixas etárias (GROISMAN, 2002), de modo a reconhecer um grupo de pessoas sob uma denominada categoria – os velhos – em que se encontram sinais de degeneração.

Quando se fala de velhice percebe-se que se está falando de um campo (BOURDIEU, 2004) no qual estão inseridos agentes e instituições que produzem um conjunto de discursos e práticas que se tornam ativas produtoras de formas de gestão da velhice, como sugere Debert (2004). Um campo onde, segundo Bourdieu (2004), os adversários lutam para impor princípios de di-*visão* do mundo social, com o intuito de fazer ver e fazer valer uma determinada maneira de ver. A partir desta concepção de Bourdieu (2004), entende-se que os problemas internos encontrados na gerontologia não parecem ameaçar a sua capacidade em se legitimar como “campo científico”, pois ao fazer os conhecimentos relativos ao envelhecimento, capturados em diferentes áreas, aliar-se à defesa da população estudada, advoga o direito de fazer valer as representações que invoca sobre o envelhecimento.⁶

⁶ Cf. GROISMAN, Daniel. (2002). “A velhice entre o normal e o patológico”; e PRADO, Shirley Donizete & SAYD, Jane Dutra. (2006). “A gerontologia como campo de conhecimento científico: conceito, interesses e projeto político”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o exposto até aqui, velhice não é apenas resultado de alterações genéticas, fisiológicas e morfológicas. Ainda que se queira buscar o envelhecimento em sua dimensão puramente biológica, esta ordem não pode ser separada de contextos histórico-sociais que produzem certos modos de ver e pensar. São os marcadores sociais – como juventude e trabalho, por exemplo – que orientam o olhar sobre esse processo de envelhecimento, determinando o bom e o mau envelhecer, os limites entre o normal e o patológico na velhice. Por isso, Barros e Castro (2002) argumentam que o velho não seria apenas um objeto de investigação das ciências biomédicas, isto é, não seria uma realidade dada à espera de um agente cognitivo que extraia suas características em um processo de representação. Aquela deve ser entendida como um fato social total (MAUSS, 1974), em que aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos e psicológicos influenciam a atribuição de sentido a mudanças fisiológicas e morfológicas dos indivíduos.

Nessa mesma trilha de pensamento Santos (2009), tentando superar a dicotomia entre sujeito-objeto, natureza e cultura, presente no paradigma científico dominante, propõe um novo modo de conhecer que leva em consideração que todo o conhecimento científico-natural é um conhecimento científico-social. Tanto o conhecimento quanto os objetos seriam, assim, construídos em um processo de interação em que estes são ao mesmo tempo natural e social, não podendo dissociá-los dos contextos dos quais emergem. Sendo assim, pode-se compreender que velhice ou terceira idade são realidades forjadas no entrecruzamento de diferentes vetores que fazem apreendê-las enquanto certos modos de existir.

Entende-se que há uma diversidade de formas possíveis pelas quais a velhice pode ser vivenciada, não podendo considerar o processo de envelhecer como homogêneo, que se sobreporia a outros elementos que compõe a vida social. Os estudos realizados sob a perspectiva antropológica são ricos em exemplos de como o entendimento do que venha a ser velhice pode variar entre diferentes culturas. Em nossa sociedade a percepção pode aparecer de formas variadas de um grupo para o outro, constituindo uma diversidade de modos de viver a velhice, conforme os contextos e situações vivenciadas pelos sujeitos, que engendram as mais diversas formas de perceber o que seja velhice.

Compreender que velhice implica uma heterogeneidade permite deslocar o olhar para situações pouco convencionais quando se trata desta categoria. Em geral, as experiências de envelhecer são abordadas a partir de grupos que se reúnem para realizar alguma atividade, como os

grupos de convivência para a terceira idade, programas de atividades físicas, universidades abertas para a terceira idade, e assim por diante. Todos estes espaços têm em comum a imagem de envelhecimento associado a jovialidade, atividade e felicidade – o que caracteriza uma velhice saudável e bem sucedida. Mas pode-se compreender outros espaços de sociabilidade a partir deste modo de viver e perceber a velhice? Seria a terceira idade o único modelo cabível de envelhecer com saúde? Que outros marcadores podem dizer da velhice dos sujeitos?

A partir do exposto até o momento acreditamos que velhice ou terceira idade não seriam as únicas categorias possíveis para o entendimento do envelhecimento. Por isso, concordamos com Minayo e Coimbra Jr, quando estes dizem que se deve estranhar as imagens dominantes – positivas ou negativas – sobre a velhice, pois os sujeitos podem re-significar ou produzir outros sentidos ao envelhecer, conforme os diferentes pertencimentos, a sua trajetória de vida, as relações de gênero, entre outros marcadores sociais. Portanto, deve-se abrir espaço para que se pense a experiência de envelhecer a partir daquele que envelhece.

Referências bibliográficas

- ARCAND, Bernard. 1982. "La construction culturelle de la vieillesse". *Anthropologie et Sociétés*, Département d'anthropologie, Université Laval 6(3): 7-23. Disponível: <http://classiques.uqac.ca/contemporains/#cont_a>. Acesso em: 03 mar. 2009.
- BARROS, Regina Duarte Benevides de; CASTRO, Adriana Miranda de. 2002. "Terceira Idade: o discurso dos experts e a produção do 'novo velho'". *Estudos interdisciplinares e envelhecimento* 4: 113-24.
- BOURDIEU, Pierre. 1998. "Introdução a uma sociologia reflexiva". In _____. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. 2004. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora UNESP.
- CAMARANO, Ana Amélia (org.). 2004. *Os Novos Idosos Brasileiros: Muito Além dos 60?* Rio de Janeiro: Ipea.
- DEBERT, Guita Grin. 2004. *A Reinvenção da Velhice: Socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento*. São Paulo: Universidade de São Paulo, FAPESP.
- FERNANDES, Maria das Graças Melo; SANTOS, Sérgio Ribeiro dos. 2007. Políticas públicas e direitos do idoso: desafios da agenda social do Brasil contemporâneo. In: *Achegas.net – Revista de Ciência Política*. Revista eletrônica. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.achegas.net/>> Acesso em: 14 set. 2007.
- GIDDENS, Anthony. 1991. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- GROISMAN, Daniel. 2002. "A velhice entre o normal e o patológico". *História, Ciências, Saúde* 9(1): 61-78.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. 2007. *Tendências Demográficas: Uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos 1940 e 2000*. Rio de Janeiro. Disponível em <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 ago. 2007.
- JECKEL-NETO, Emilio Antonio. 2001. "Tornar-se velho ou ganhar idade: o envelhecimento biológico revisitado". In: NERI, Anita Liberalesso. (org.). *Desenvolvimento e Envelhecimento: Perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas*. Campinas: Papirus.
- MAUSS, Marcel. 1974. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU/Edusp.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos Everaldo Álvares. 2002. "Introdução: entre a liberdade e a dependência – reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento". In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR., Carlos Everaldo Álvares (orgs.). *Antropologia, Saúde e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- PEIXOTO, Clarice. 2000. "Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, idoso, terceira idade..." In: BARROS, M. M. L. (org.). *Velhice ou Terceira idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV.
- PRADO, Shirley Donizete; SAYD, Jane Dutra. 2006. "A gerontologia como campo de conhecimento científico: conceito, interesses e projeto político". *Revista Ciência e Saúde Coletiva* 11(2): 491-501.
- SÁ, Jeanete Liasch Martins de. 1999. "Gerontologia e Interdisciplinaridade: fundamentos epistemológicos". In: NERI, Anita Liberalesso; DEBERT, Guita Grin (orgs.). *Velhice e sociedade*. Campinas: Papirus.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. 2009. *Um discurso sobre as ciências*. 6 ed. São Paulo: Cortez.
- SENNETT, Richard. 1988. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia. das Letras.
- UCHÔA, Maria Elizabeth; FIRMO, Josélia Oliveira Araújo; LIMA-COSTA, Maria Fernanda Furtado de. 2002. "Envelhecimento e saúde: experiência e construção cultural". In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR., Carlos Everaldo Álvares (orgs.). *Antropologia, Saúde e Envelhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.
- VERAS, Renato. 2001. Desafios e conquistas advindas da longevidade da população: o setor saúde e as suas necessárias transformações. In: VERAS, R. (org.). *Velhice numa perspectiva de futuro saudável*. Rio de Janeiro: UERJ, UnATI.
- WONG, Laura Lúcia Rodríguez; CARVALHO, José Alberto Magno de. 2006. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Revista Brasileira de Estudos de População* 23(1): 5-26.